

A Democracia da (In) Segurança Pública

Difícil é descrever a sensação e o sentimento que se passam dentro de nós diante da tremenda sensação de insegurança que vivemos. É bem verdade que o tema ganha importância e repercussão porque a mídia conseguiu aliá-lo ao fator emocional, diante do caso ocorrido no Rio de Janeiro. E, talvez só por ter ocorrido no Rio de Janeiro ele tenha ganhado tanta repercussão. Não se trata de uma crítica, apenas de uma observação. Pergunto-me se tivesse ocorrido um caso semelhante em Porto Velho, Aracaju ou Maceió a repercussão estaria sendo a mesma...

O problema não está nesse ou naquele evento, está no todo. Hoje vivemos um estado semelhante ao observado em guerras civis, em muitas de nossas capitais. Talvez isso seja fruto de uma série de equívocos que somados levam ao quadro que vemos hoje.

Vi, ouvi e li diversas opiniões acerca do assunto, desde as mais utópicas, passando pelas filosóficas, até as mais absurdas. Exemplo: Redução da maioria penal. Alguns a defendem, justificando que assim os menores saberão que poderão ser punidos; outros a criticam, dizendo que não é isso que irá resolver o problema. O fato é que ambos estão certos, mas também estão errados. Não existe verdade absoluta, nesse caso. O problema está na perda de suas referências. Quando passamos a viver em sociedade, foi para nosso próprio bem-estar, mas isso também exigiu a criação de normas, e de punição para quem não as cumprisse. Ora, se um indivíduo não tem a sensação de bem-estar, não verá a necessidade de seguir as normas estabelecidas, ainda mais se ele também não vê punição para aqueles que não as cumprem. Por que segui-las?

Falam alguns que temos que seguir o exemplo da Inglaterra, onde as crianças respondem devidamente por seus atos. Tudo bem. Esquecem-se, porém, que lá



existe a sensação de bem-estar e o rigoroso respeito às normas. Logo, os índices são incomparavelmente menores que os nossos. Além do mais, a criança condenada fica sob a verdadeira custódia do Estado, que lhe provê educação, saúde e lazer na forma que deve ser. Então, sejamos cautelosos nas comparações!

Na verdade, o que mais me preocupa é que estamos cavando nosso próprio fim, fingindo que o problema não é conosco. Recentemente a presidente do STF foi atacada por bandidos no Rio de Janeiro. Conseguiram tirar-lhe o veículo em que estava. Ela é a representante máxima da justiça desse País! No nosso regime de governo, ela é o equivalente do presidente Lula pro executivo e do senador Renan Calheiros pro legislativo. Ela considerou uma fatalidade. Sofrer um assalto à mão armada, tirar-lhe um veículo, é uma fatalidade! Num outro caso, o ministro da Fazenda foi assaltado durante o carnaval e ficou refém de bandidos em São Paulo. Não prestou queixa à polícia. Não te

parece preocupante? Será que não existe uma sensação de banalização da violência?

Uma rádio de notícias divulgou uma nota afirmando que alguns ministros estão solicitando reforço na segurança pessoal, por parte da PF e do Exército. É como se estivessem colocando cerca elétrica em casa e blindando carro, mas se esquecem que cerca se pula (mesmo as elétricas) e carro blindado só protege quando se está dentro dele. Esqueceram de blindar o corpo, para a caminhada na praia.

Enquanto alguns daqueles que nos representam estiverem usando de expedientes pouco democráticos para ter uma pseudo-sensação de segurança nós, que estamos do outro lado, continuaremos jogados à nossa própria sorte, cercando nossas casas e nos cerceando do convívio social pelo qual nos juntamos para viver em sociedade.

A pergunta é: Será que tem jeito? Num País onde a democracia é confundida com anarquia, em nome de seqüelas de uma ditadura já há muito falecida, onde mesmo sendo uma democracia, somos obrigados a votar, em nome dessas mesmas seqüelas, e a ter como representantes pessoas que nos fazem questionar o respeito às leis, pois elas próprias não as respeitam (não são todos, é claro! – “toda unanimidade é burra”), onde por questões estritamente demagógicas menores de 18 anos podem decidir o futuro do País, mas são considerados inocentes demais para responderem por seus próprios atos, onde invadir prédios públicos e terras alheias, em nome de manifestações muitas vezes lícitas é considerado normal, minha resposta é: Reze! É a única coisa que te resta a fazer, pois o resto...

Dr. Robertson C. Bernardo é membro titular do CBR e neurorradiologista em Recife (PE)